
--- No dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, reuniu, através de videoconferência, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pelo deputado municipal Ricardo Jorge Colaço Leão, com a presença dos seguintes deputados municipais:-----

Partido Socialista-----

Ricardo Jorge Colaço Leão-----

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva -----

Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães Bernardo -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

Carlos Miguel Dias Moreira -----

Maria de Lurdes Mendes Ferreira Gonçalves -----

Tiago Pereira da Silva Abade -----

João Pedro Esteves Lourenço -----

Raquel Filipa Rodrigues Duarte -----

João António Leal Cruz Franco -----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----

Maria João Ferreira Pinto-----

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela)-----

Carlos Manuel Alves Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) -----

Nuno Filipe Ferreira dos Santos Leitão (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela) -----

Glória Maria Trindade (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Ana Cristina Jacinto da Silva Capitão Tiago Raquel -----

Lídia Maria da Silva Graça Mateus -----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira -----

Luís Miguel dos Santos Balasteiro -----

Bruno Alexandre Caçador Simão -----

Helena Rita Honorato da Costa Pitada -----

João Paulo Melo Simões -----
Ana Maria da Conceição Duarte da Mata-----
Carlos Manoel Viana da Cunha Luz-----
Élio Alexandre Capricha Matias (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)-----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
Elisa Maria Rodrigues dos Santos Pinéu (em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Loures)-----
João da Silva Florindo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Ricardo da Cunha Costa Andrade -----
Vítor Manuel da Conceição Santos -----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Catarina Alexandra Soares Lopes-----
Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes -----
Ana Isabel Serras dos Santos Graça-----
Nelson César Gonçalves Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico -----

Pessoas-Animais-Natureza-----

Bruno Filipe Miranda Lima de Oliveira -----

CDS - Partido Popular-----

Lizette Braga do Carmo -----

AUSÊNCIAS:-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Carlos Manuel do Carmo Gomes -----
Mário Rui Pedroso Pina -----

Independente-----

Bruno Miguel de Oliveira Nunes -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

Independente-----

Bruno Miguel de Oliveira Nunes, à sessão realizada em seis de maio de dois mil e vinte e um. -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 40 deputados municipais e verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião.

----- **PERÍODO PRÉVIO** -----

- No início da sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures.-----

- Foi dado conhecimento da correspondência recebida desde o dia cinco de maio até vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

- O Presidente da Assembleia Municipal informou que em Conferência de Líderes realizada, ficou acordado que caso possível a presente reunião realizar-se-ia em formato misto. Esclareceu que por motivos de ordem técnica ainda não foi possível a realização em sistema misto.-----

- Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação as seguintes atas, dando nota que quem não esteve nas respetivas sessões, não participava na votação: -----

Ata n.º 77 (Sessão realizada em 11.02.2021) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (33 PRESENÇAS).-----

Ata n.º 79 (Sessão realizada em 18.02.2021) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (33 PRESENÇAS).-----

Ata n.º 80 (Sessão realizada em 04.03.2021) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (34 PRESENÇAS).-----

Ata n.º 85 (Sessão realizada em 25.04.2021) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (34 PRESENÇAS).-----

- Após a votação das atas, intervieram: -----

- No uso da palavra, Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU), referiu que a CDU considerava haverem todas as condições para que as reuniões se realizassem em modo presencial. -----

- O Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que foi decisão da maioria dos partidos políticos que se optou por realizar as sessões por sistema misto e não estando reunidas ainda as condições técnicas para esse formato, devem continuar a realizar-se por videoconferência, uma vez que a sala de sessões não reúne as condições necessárias para presencialmente estarem todos em segurança, sendo realmente que a CDU optou pelo formato presencial.-----

- Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD), disse respeitar a posição da CDU, mas o assunto deve ser para discussão da Conferência de Líderes. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- O Presidente da Assembleia Municipal de Loures, informou que haviam dado entrada na Mesa seis (6) documentos, e que dois Votos de Pesar apresentados em sessões anteriores, nas quais foi cumprido um minuto de silêncio em memória dos falecidos, careciam de votação, por terem sido apresentados em sessões que não eram deliberativas. Os seis documentos foram sujeitos a admissão, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade e posteriormente colocados a discussão e votação. -----

- Voto de Pesar apresentado pelo PS, na 11.ª Sessão Extraordinária, realizada em vinte e dois de abril de dois mil e vinte um, intitulado **“Pelo falecimento de Horácio Ribeiro”**. (anexo 1) -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (37 PRESENCAS)**. -----

- Voto de Pesar apresentado pelo PS, na 13.ª Sessão Extraordinária, realizada em seis de maio de dois mil e vinte um, intitulado **“Pelo falecimento Carlos Manuel Antunes Bernardes”**. (anexo 2)-----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (37 PRESENCAS)**. -----

- Carlos Manoel Viana da Cunha Luz (CDU), apresentou um Voto de Pesar intitulado **“Pelo falecimento do Coronel Diniz de Almeida”** (anexo 3)-----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

– **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (38 PRESENCAS). FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO.** -----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS), apresentou um Voto de Pesar, intitulado **“Pelo falecimento de António Coimbra Martins”** (anexo 4) -----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

– **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (39 PRESENCAS). FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO.** -----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS), apresentou um Voto de Pesar, intitulado **“Pelo falecimento de Luís Nunes da Ponte”** (anexo 5) -----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (39 PRESENCAS). FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO.** -----

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU), apresentou uma Saudação intitulada **“Saudação aos atletas Daniel Videira e David Grachat e Treinador Carlos Mota”** (anexo 6) -----

--- Sobre o documento interveio a deputada municipal Rita Lage Sarrico (BE), manifestando a sua vontade em associar-se à Saudação apresentada. -----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

– **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (39 PRESENCAS).** -----

- Rita Lage Sarrico (BE), apresentou uma Recomendação, intitulada **“Pela requalificação da EB 2,3 Mário de Sá Carneiro no âmbito do Programa Nacional de Remoção do Amianto das escolas”** (anexo 7) -----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais: -----

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU), propõe que na parte deliberativa do documento passe a constar que a Assembleia Municipal inste os Ministérios, constantes nos pontos um e dois, em vez de ser a Câmara Municipal, conforme consta. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), não aceitou a alteração proposta pela CDU. -----

- Pelo Executivo Municipal, interveio o Presidente da Câmara Municipal, prestando alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

- O Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (39 PRESENCAS).**-----

- Pelos deputados municipais, Tiago Pereira da Silva Abade (PS) e Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD), foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS): *O PS compreendendo a situação da escola e da necessidade urgente da mesma requalificação, entregará depois também, face à extensão daquilo que pretende dizer a declaração de voto à mesa.* -----

Até à data de elaboração da presente ata não foi entregue a declaração de voto mencionada.-----

- Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD): *O PSD vota a favor, tendo em conta a grave situação que aqui é descrita, mas só lamenta que mais uma vez o Bloco de Esquerda não aceite sugestões de outros partidos que podiam enriquecer o documento. Mais uma vez o Bloco de Esquerda tenta passar a ideia que é apenas o Bloco de Esquerda que se preocupa com esta e outras temáticas. Gostávamos então de relembrar que o PSD desde a primeira hora ia reunir com os parceiros necessários para esta resolução, tem exigido igualmente ao Ministério da Educação que sejam feitas intervenções no sentido de solucionar esta situação e lamenta também que é sempre junto de manifestações populares ou eventos públicos, que o Bloco de Esquerda resolve vir com estas moções no sentido de capitalizar politicamente coisas. Isto chama-se aproveitamento político e com isso nós não concordamos. Mais, tendo em conta a importância desta temática, não podíamos deixar de votar a favor, porque mais que o Bloco de Esquerda, interessa-nos a população em geral.*-----

- No âmbito da declaração de voto do PPD/PSD, a deputada municipal Rita Lage Sarrico (BE) usou da palavra. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), apresentou uma Moção, intitulada **“Em defesa da mata e da várzea do Bairro da Petrogal”** (anexo 8) -----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU) -----

- Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD), propôs uma alteração no oitavo parágrafo, em que além do Movimento de Cidadãos, constasse também a intervenção da Associação de Moradores. Propôs igualmente a retirada do nono parágrafo, alusivo à retirada das árvores. -----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS) -----

- Rita Lage Sarrico (BE), concordou com as alterações propostas pelo PPD/PSD, ficando *o oitavo parágrafo com o seguinte teor: “Foi formado um Movimento de Cidadãos, também com a intervenção da Associação de Moradores, que nasceu no seio da comunidade e cresceu rapidamente, quando os munícipes começaram a ver as máquinas a chegar e a destruir o espaço verde de hortas existente, arrancando árvores e destruindo culturas, sem esperar que os agricultores pudessem colher o que tinham plantado.”.* -----

Relativamente ao nono parágrafo concordou com a retirada do mesmo na sua totalidade. -----

- Nuno Filipe Ferreira dos Santos Leitão (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela) -----

- Pelo Executivo Municipal, interveio o Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto.-----

- O Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento.-----

- A deputada municipal Ana Isabel Serras dos Santos Graça (PPD/PSD), informou que não participava na votação do assunto. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (39 PRESENCAS).-----

- Antes de dar a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal de Loures lembrou que as declarações de voto tinham um tempo máximo regimentalmente definido de dois minutos. -----

- Pelos deputados municipais, Tiago Pereira da Silva Abade (PS), Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU) e Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD), foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS): *O PS votou favoravelmente, apesar de entender que havia muito mais que podia ter sido feito neste processo, porque não se pode conformar com aquilo que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, que discordo, mas que não reflete aquilo que é a opção jurídica que a Câmara devia ter feito. A salvaguarda que o PS gostaria de fazer, é que entende esta moção vai no sentido de solicitar uma*

intervenção do Governo, entendendo o Partido Socialista que a Câmara poderia e deveria ter feito muito mais nos últimos oito anos. Aliás, já chegou a ser admitido que, realmente aquilo que se poderia ter feito resultava numa possibilidade de haver um acordo com o urbanizador sobre aquela mesma entidade. Entende que a análise jurídica e aquelas soluções que estão a ser feitas não estão corretas e, portanto, irá também solicitar um conjunto de elementos que aqui foram referidos. Nesse sentido, apesar desses constrangimentos todos que entendemos, o Partido Socialista, como não poderia deixar de ser, vota favoravelmente, apesar de entender que se está a passar mais uma vez as culpas para o Governo em vez de ser atuar naquilo que é necessário, que é a defesa do interessa das pessoas e naquilo que é o interesse do concelho. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU): A CDU votou favoravelmente esta Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, por entender que há espaço e há sempre margem para procurarmos encontrar soluções que mitiguem naquilo que for possível revertam algumas das decisões que foram tomadas em dois mil e oito e que são hoje largamente rejeitadas pela população do Bairro da Petrogal e também pelas zonas envolventes na freguesia da Bobadela e por muitos intervenientes no concelho, que se preocupam com o futuro daquela zona. Fazemo-lo, não para passar responsabilidade a ninguém, ainda que entendamos que também é oportuno instar organismos da administração central, que ao momento da aprovação deste plano de pormenor em dois mil e oito, também tiveram palavra decisiva e vinculativa na aceitação deste documento de planeamento que consagrou os direitos ao urbanizador e que hoje fazem com que esta solução esteja na iminência de se concretizar. -----

- Pelo PPD/PSD foi solicitado que a intervenção inicial de Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD), fosse considerada enquanto declaração de voto: Nós concordamos com muito do que está na Moção, particularmente nos sete primeiros parágrafos, mas gostávamos de dizer que é de lamentar que apenas refira o Movimento de Cidadãos e não refira a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Petrogal, que aliás, é o organismo que representa os moradores e proprietários do Bairro. Gostávamos de sugerir que fosse englobada uma referência a esta associação. Depois, são tecidas considerações sobre as árvores arrancadas e gostaríamos de dizer que sobre as árvores arrancadas, segundo o que esta bancada tem conhecimento, houve lugar a um levantamento sobre as árvores e as mesmas foram transplantadas para um local de viveiro e posteriormente serão replantadas na nova área da urbanização e após o fim da construção, sendo um saldo de quinhentas e setenta e nove árvores atuais e seiscentas e sete após a construção, segundo um documento revelado pela Câmara Municipal de Loures. Portanto, gostávamos que isto fosse corrigido porque o que lá está é que não se sabe para onde vão e isso não é verdade. Depois, gostávamos de referir também isto já é um processo muito antigo, já se arrasta há vários anos e é de lamentar apenas agora que o tema tenha alguma popularidade, tenha alguma visibilidade na comunicação social e que o Bloco de Esquerda venha, mais uma vez, à semelhança de outras

temáticas, que até tenham defesas de honra e etc., tirar proveitos e protagonismos de uma temática de imensa importância como é esta. Portanto, gostávamos de saber se o Bloco de Esquerda se manifesta favorável em fazer as duas correções, ou uma inclusão e uma correção a este documento.-----

- O Presidente da Assembleia Municipal, propôs que o “Período de Antes da Ordem do Dia” fosse interrompido e se desse início ao “Período de Intervenção do Público”. Esta proposta foi unanimemente aceite. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (22h20)** -----

--- Neste período, foi informado que existiam três munícipes inscritos, tendo cada um seis minutos para intervir. Realizaram-se as seguintes intervenções:-----

- Gonçalo Sanches Salgueiro, sobre a Rua Casal da Mata, em Montemor, Loures. -----

- Vitor Manuel Bento Correia, sobre a falta de estacionamento, segurança e acessibilidades no Infantado, temáticas sobre as quais identificou alguns problemas e soluções.-----

- Luis Adalberto Mendes Vaz Queiroz, sobre o Processo 45.242/RC, relativo a um bairro junto à Quinta do Barril, em Lousa; colocou questões sobre estrada que fez parar o processo do bairro e que agora a Junta está a fazer um polidesportivo no local por onde está traçada a referida estrada.-----

- Terminadas as intervenções do público, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes. Intervieram o Presidente da Câmara Municipal, Bernardino José Torrão Soares e o Vereador, Paulo Rui Amado.-----

- Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal de Loures, retomou o “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

- Foi informado que deu entrada na Mesa, um requerimento do Partido Socialista, para ser apresentado no decorrer do “Período de Antes da Ordem do Dia”, e que já tinha sido solicitado aos serviços de apoio para darem conhecimento o mesmo à Câmara Municipal e deputados municipais.-----

- Foi dada a palavra aos seguintes deputados municipais: -----

- Ana Cristina Jacinto da Silva Capitão Tiago Raquel (CDU) -----

- Carlos Miguel Dias Moreira (PS), apresentou um Requerimento intitulado “Clima de intimidação e limitação de direitos de trabalhadores que integram serviços da Polícia Municipal de Loures”. (anexo 9)-----

- Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS)-----

- Terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO UM -----

Proposta n.º 152/2021 - Não assunção, durante o ano de 2021, das competências no domínio da ação social, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.
Proposta da Câmara Municipal.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do presente assunto. -----

--- Após a intervenção por parte do Executivo Municipal, intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Rita Lage Sarrico (BE)-----

- Elisa Maria Rodrigues dos Santos Pinéu (em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Loures)-----

- O Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento.-----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 7 VOTOS CONTRA DO PPD/PSD, 18 ABSTENÇÕES DO PS (17) E CDS-PP E 15 VOTOS A FAVOR DA CDU (13), BE E PAN (40PRESENCAS).-----

- Pelos deputados municipais, Elisa Maria Rodrigues dos Santos Pinéu (em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Loures), Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD) e Rita Lage Sarrico (BE), foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Pela CDU, foi solicitado que a intervenção de Elisa Maria Rodrigues dos Santos Pinéu (em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Loures) fosse considerada enquanto declaração de voto: *A bancada da CDU vota a favor da não assunção durante*

o ano de dois mil e vinte e um nas competências no domínio da ação social, desde logo por continuarmos a viver em situação de pandemia, a qual tem exigido da parte do município um esforço acrescido de acompanhamento de proximidade, materializado na afetação de recursos humanos, logísticos e financeiros significativos, bem como a adequação de metodologias de intervenção social conducentes ao combate e mitigação dos efeitos da Covid-19. A análise do projeto mapa apresentado pela Secretária de Estado, que expõe os elementos financeiros, os recursos humanos, os acordos e os protocolos vigentes e o número de processos familiares em acompanhamento no território de Loures, respeitantes às competências a transferir, confirma claramente a insuficiência de elementos financeiros e recursos humanos, comprometendo desta forma os princípios e as garantias ao nível da:-----

. preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial e organizativa das autarquias locais;-----

. garantia de qualidade no acesso da gestão pública; -----

. eficiência e eficácia da gestão pública; -----

. garantia da transferência para as autarquias locais de recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados; -----

. estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas. -----

O que está em causa não é um processo de descentralização, antes de transferência de encargos para as autarquias. Um processo de descentralização não se resume à transferência de competências entre a administração central e a local. Pelo contrário, deve observar a organização administrativa do Estado como um todo e não de forma parcelar. Acresce o que anteriormente foi referido, a atual situação de pandemia que se vive e a inoportunidade de fazer transferências de responsabilidades neste período, acabando por provocar perturbações desnecessárias. Por todos estes motivos, a CDU vota a favor da não assunção de transferência de competências no âmbito da ação social para o ano de dois mil e vinte e um. -----

- Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD): O PSD não poderia deixar de votar contra, na medida em que o município teve quatro anos para se preparar para a assunção desta responsabilidade e a situação pandémica não deve servir de argumento para que haja desculpas da não tomada de posições. Consideramos então que estão reunidas condições que permitem ao município aceitarem estas competências e depois, oportunamente, negociar alguns pontos. A questão do acompanhamento de famílias não pode estar dependente de questões financeiras apenas e muito menos de opções políticas. Entendemos assim que este município deve aceitar as competências para a área da ação social e que num momento seguinte e aí sim, explicando e justificando a questão da pandemia, pudesse então renegociar então as condições que se consideram adequadas e essenciais. -----

Pelo Executivo Municipal, intervieram para prestar esclarecimentos: -----

--- O Presidente da Câmara Municipal.-----

--- O Vereador, Gonçalo Filipe Vintém Carço.-----

--- Por serem vinte e três horas e cinquenta e três minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do plenário o prolongamento da reunião para além da meia noite, tendo sido aceite unanimemente.-----

- Ricardo da Cunha Costa Andrade (PPD/PSD), propôs que o último ponto da Ordem do Dia passasse para uma reunião de continuação. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), propôs que o ponto em discussão fosse concluído e os últimos dois pontos da Ordem do Dia passassem para uma reunião de continuação.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que ainda havia condições para se discutir e votar o próximo ponto, mas solicitou que os partidos avaliassem a situação e se pronunciassem sobre as três propostas apresentadas, após as intervenções dos seguintes deputados municipais:-----

- Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes (PPD/PSD)-----

- Rita Lage Sarrico (BE)-----

- Tiago Pereira da Silva Abade (PS), concorda em continuar a reunião até há uma hora da manhã e votar todos os pontos.-----

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU), concorda em continuar a reunião até há uma hora da manhã e votar todos os pontos, podendo a Gestão Municipal passar para uma reunião de continuação. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), seguindo a opinião da maioria, concorda em terminar à uma hora da manhã e passar o último ponto para uma reunião de continuação. -----

- Bruno Filipe Miranda Lima de Oliveira (PAN), pretende continuar a reunião até há uma hora da manhã e votar todos os pontos menos a Gestão Municipal, que passaria para uma reunião de continuação. -----

- Lizette Braga do Carmo (CDS-PP), pretende continuar a reunião até há uma hora da manhã e votar todos os pontos menos a Gestão Municipal, que passaria para uma reunião de continuação.-----

--- Foi acordado por maioria, continuar a reunião até à uma hora da manhã.-----

- Pelo Executivo Municipal, interveio para prestar esclarecimentos, o Presidente da Câmara Municipal.-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 13 VOTOS A FAVOR DA CDU E 26 ABSTENÇÕES DO PS (16), PPD/PSD (7), BE, PAN E CDS-PP. (39 PRESENCAS). -

- Pelos deputados municipais Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes (PPD/PSD), Rita Lage Sarrico (BE) e Bruno Filipe Miranda Lima de Oliveira (PAN) foram proferidas declarações de voto. -----

- Pelo PPD/PSD foi solicitado que a primeira intervenção Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes (PPD/PSD), fosse considerada enquanto declaração de voto: *Vamos recordar, primeiro que as contas são referentes àquele ano que teve o maior orçamento da história, é preciso começar por aqui. Depois, dizer que em relação a custos da Câmara Municipal fazemos referência que houve aqui um aumento do número de colaboradores que fazem agora parte dos quadros da Câmara, passam para 2497 colaboradores, mas como o dinheiro não é elástico, tiveram que cortar nalgum lado e infelizmente onde foram cortar e isso aparece logo nas primeiras páginas do Relatório é que foram cortar a 245 abonos atribuídos, entre os quais são menos 107 abonos de família para crianças e jovens de família clássica, menos 48 bonificações por beneficência de abono de família para crianças e jovens de família clássica e 26 para deficiência de abono de família para crianças e jovens de família monoparental. Portanto, menos 245 abonos atribuídos e menos 40 bolsas de estudo atribuídas também, o que é relevante frisar. Depois, dizer que, não só este orçamento era o maior orçamento da história, como pelos vistos ainda não chegou face aos custos que efetivamente existiram. O que é certo é que face ao orçamento, os custos reais passaram ou sobrepuseram-se em trinta e um milhões de euros, ou seja, gastaram cinco quartos do orçamento aprovado. Estes valores subdividem-se em vinte e um ponto dois de despesa corrente e dez milhões ponto dois em despesa de capital, ou seja, dívidas bancárias e afins. E isto, somando ao fato de termos tidos saldos de gerência em dois mil e vinte e trinta e um milhões, há uma conta muito simples de se fazer que é, nós temos aqui estes dez ponto dois milhões de dívidas bancárias, só com saldos de gerência nós conseguiríamos pagar as dívidas bancárias todas e neste momento, a Câmara Municipal não estaria a dever a ninguém e aliás, não seriam necessárias aquelas votações e aqueles números tidos em algumas Assembleias Municipais, quando o PSD não se mostrou contra a votação de novas linhas de crédito. Para além disto, dizer que a Câmara Municipal também se esvazia nos argumentos das receitas de dois mil e vinte relacionadas com a queda de receitas relacionadas com o Covid, pois as receitas de dois mil e vinte estão mais ou menos ela por ela idênticas às de dois mil e dezoito, quando não havia qualquer tipo de pandemia. Voltando aos custos, referir que houve uma variação de custos com o pessoal na ordem dos dois ponto três milhões e de despesas*

correntes de capital na ordem dos dez ponto sete milhões de euros, ou seja, houve um acréscimo de duzentos e vinte e seis por cento de despesas corrente de capital. Dizer que não faz sentido que as despesas de pessoal tenham aumentado estes dois ponto três milhões e aquisição de bens e serviços tenha aumentado três ponto três, gastam e para quem deviam servir pouco é feito. Depois uma questão, que é na página noventa do Relatório de Gestão, que indica na rubrica de despesas diversas um gasto de dezoito milhões de euros e nós queríamos saber qual desta fatia é correspondente às iluminações de natal. De ressaltar também que em perdas acumuladas o município de Loures já perdeu vinte e quatro milhões de euros, ou seja, receitas que a Câmara nunca irá receber e uma vez mais quem paga esta perda ou quem a cobre são os lourenses e de frisar que não só é de espanto o saldo de gerência que é gerada ano após ano, lembrando que tivemos um saldo de gerência em dois mil e vinte de cerca de trinta e um milhões quando em dois mil e dezanove já tínhamos tido de vinte e seis milhões de euros, são números alucinantes. E uma vez mais verificamos uma situação que não seria de esperar de todo corroborada pelo PCP, que são os depósitos a prazo. Nós, uma vez mais, temos depósitos a prazo em dois mil e vinte, desta feita registada num valor total de onze milhões e quinhentos mil euros. Para explicar muito simplesmente, são depósitos que estão a render juros no banco, o PCP está sempre contra os bancos, mas desde dois mil e dezassete tem tido sempre aplicações financeiras para fazerem render o dinheiro. Não podemos deixar de notar aqui alguma hipocrisia porque tem depósitos a prazo a render juros no banco de um lado e por outro lado, uma vez mais, vão pedindo linhas de crédito aqui e acolá e que dizem que são imperativas para o desenvolvimento do concelho. Mas afinal tão aqui saldos de gerência e estão depósitos a prazo a render juros. Já o ano passado nos foi indicado que estes depósitos a prazo se referiam ao fato do dinheiro em si não ter sido aplicado na altura, mas deveria ser aplicado ao longo do tempo, mas o que é certo é que não foi e por isso é que temos os saldos de gerência que passam para este ano e uma vez mais depósitos a prazo. Não faz sentido nenhum esta referência ou estes valores aqui. Por último, olhar aqui para a certificação legal de contas. Na certificação legal de contas, nós temos aqui uma reserva e três enfases. Para as pessoas que são menos entendidas na área financeira, enfases são apenas notas que o Revisor Oficial de Contas faz no que concerne às contas e que poderão ser melhoradas para a apresentação da contabilidade. Já as reservas são situações que podem levantar muitas dúvidas e muitas dificuldades. E a reserva que é aqui levantada e eu vou ler exatamente o que lá está escrito “até à data deste relatório, a entidade (Câmara Municipal de Loures) ainda está a regularizar o património inicial ou adquirido sem custos financeiros, onde se incluem bens adquiridos por cedência no âmbito de operações de loteamento sem valor, por este não ser reconhecido na data do reconhecimento. Na data deste relatório, estas valorizações estão a ser reapreciadas pela entidade, ou seja, pela Câmara Municipal de Loures. Consequentemente não nos é possível determinar o eventual impacto nas demonstrações financeiras desta mesma

entidade a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte”. Isto significa que houve aquisição de património, só que este não tem ainda a valorização do mesmo e obviamente, é de perguntar à Câmara por que é que isto não foi feito a tempo da certificação legal de contas, porque ninguém quer aqui surpresas desagradáveis, quando existe uma valorização deste património pode ser na casa dos milhões de euros e pode ser aqui um rombo nas contas, e portanto, saber porque não foi feita na altura e saber uma vez que não está provisionada nas contas quando é que será regularizada esta situação da reserva aqui mencionada. Em relação às enfases, existem aqui enfases menores da três, mas há uma que eu quero ressaltar, que faz parte da certificação legal de contas desde a Expo’98. Expo’98, e nós estamos em dois mil e vinte e um e ainda existem contas que são referentes à Expo’98 e continuam refletidas na contabilidade da Câmara Municipal de Loures. Respeitável Executivo, isto já passou e muito de um prazo aceitável, chega de nos desculparmos com o passado e com situações que poderiam ser tratadas, não. De uma vez por todas isto já deveria estar tratado, desde dois mil e dezassete que sou deputado municipal nesta Assembleia e que levanto este assunto, que pouca resposta tem tido, continua aqui nas contas, tem que ser tratado. Quando é que será resolvida esta situação, porque envergonha toda a gente, ainda temos aqui contas relativas à Expo’98 quando estamos em dois mil e vinte e um. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), solicitou que a sua primeira intervenção fosse considerada enquanto declaração de voto: Nós reconhecemos que a aplicação orçamental do passado ano não foi fácil devido à pandemia e às suas consequências e portanto reconhecemos isso e o próprio senhor presidente já reconheceu. Mas de facto, mesmo antes da pandemia o Bloco já tinha alertado para o facto de este ser um orçamento curto e que falhava em alguns aspetos essenciais. Como nós atempadamente avisámos, foi curto para o apoio à habitação, onde continuamos sem conhecer a estratégia local e a estratégia do executivo para esta área e uma estratégia que dê efetivamente resposta às famílias, aos jovens que aqui se querem instalar, que aqui querem constituir família e aqui se querem manter, porque já há pessoas a serem empurradas para fora do nosso concelho. Dou o exemplo do valor destinado à habitação considerado no orçamento municipal, ou seja, as verbas orçamentadas de facto para medidas que fossem corresponder à crise habitacional, à especulação imobiliária, à precaridade habitacional e tudo isso ficou aquém do necessário. Certo é que houve agora um anúncio de algumas medidas como da habitação jovem, mas foi um anúncio, porque se formos ver os valores consagrados parece-nos mais uma manobra de marketing do que uma medida para responder, porque os valores são de facto baixos e que não irão dar resposta ao problema. E sim, o senhor presidente vai-me responder que o agora investimento milionário para o primeiro direito, mas sabemos de todo que esse investimento está dependente do PRR e não é garantido e penso que como tal já disse não é a estratégia certa estarmos dependentes da generosidade da União Europeia para responder aos

problemas urgentes. Em relação ao Fundo de Emergência Social, pelo que vemos nas notícias que vão saindo de casos como de Camarate, ou desemprego generalizado no concelho, nós recordamos que é falta de resposta à crise económica e social que motiva o descontentamento generalizado da população e as pensões sociais que daí muitas vezes decorrem. Continuamos também sem a tarifa social da água automática, na medida que irá ajudar milhares de famílias por todo o concelho permanece algures na gaveta, apesar de ter sido várias vezes trazida pelo Bloco de Esquerda e aprovada várias vezes nesta Assembleia Municipal e eu de facto tenho de insistir neste assunto senhor presidente, porque é uma medida para a qual a CDU é favorável, já foi implementada noutras autarquias e nós não conseguimos mesmo perceber como é que numa autarquia onde a CDU é executivo não implementa esta medida. O senhor presidente já me deu várias justificações, mas de facto não foi impedimento para outras autarquias e não percebemos porque é impedimento nesta. Em relação ao apoio local, também faltam apoios para as micro e pequenas empresas, certo é que isto é em grande parte responsabilidade do governo, mas aqui a Câmara também poderia contribuir um pouco mais. Destacamos positivamente as obras de requalificação nas escolas, valeu a pena os confrontos que tivemos aqui com a Câmara na Assembleia Municipal e valeu a pena insistirmos junto deste executivo até que estas requalificações avançassem. Valeu muito a pena a luta da comunidade escolar, o mesmo se passa em relação à remoção do amianto que tantas vezes foi aqui desvalorizada e agora já é toda a gente a favor, mas o mais importante é ver o problema resolvido e nesse campo o Bloco está de consciência tranquila, porque teve sempre ao lado da comunidade escolar e a comunidade escolar fez uma grande luta. E para terminar, continua a ser também uma grande luta a reivindicação de obras urgentes ainda nas escolas que faltam, na contratação de pessoal docente e não docente, na revisão dos rácios dos funcionários, no desdobramento do número de alunos por turma e tantas outras lutas na área da educação, mas cá estaremos e esperamos que a Câmara nos acompanhe. Apesar dos aspetos positivos, continuam a faltar muitas outras coisas que nós já alertámos várias vezes. Destacamos positivamente as medidas que o Bloco apresentou de resposta à crise que a Câmara acolheu, mas houve outras coisas que ficaram em falta e, portanto, o nosso sentido de voto será a abstenção, com a esperança de que a Câmara possa vir a acolher as diversas propostas que o Bloco já apresentou. -----

- Bruno Filipe Miranda Lima de Oliveira (PAN), informou que entregaria posteriormente uma declaração de voto por escrito à Mesa (anexo 10).-----

PONTO TRÊS

Proposta n.º 174/2021 - Prestação de contas e Relatório de Gestão, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, dos Serviços

Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR) - Propostas 127/2021 e 128/2021 do Conselho de Administração dos SIMAR. (Apreciação e votação nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º e no n.º 2 do artigo 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Proposta da Câmara Municipal.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do assunto. -----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Rita Lage Sarrico (BE) -----

- Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes (PPD/PSD)-----

- Ana Maria da Conceição Duarte da Mata (CDU) -----

- Pelo Executivo Municipal, interveio para prestar os últimos esclarecimentos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal. O Presidente da Câmara Municipal, interveio no final para complementar a informação prestada.-----

- O Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto.-----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 14 VOTOS A FAVOR DA CDU (13) E PAN, 16 ABSTENÇÕES DO PS (14), BE E CDS-PP E 5 VOTOS CONTRA DO PPD/PSD (35 PRESENCAS). -----

- Pelos deputados municipais Rita Lage Sarrico (BE) e Bruno Filipe Miranda Lima de Oliveira (PAN), foram proferidas declarações de voto.-----

- Rita Lage Sarrico (BE), solicitou que a sua primeira intervenção fosse considerada enquanto declaração de voto: *Gostaria de saudar os trabalhadores e trabalhadoras dos SIMAR que estiveram sempre na linha da frente durante esta pandemia e durante este período difícil, às vezes em condições que nós conhecemos, mas garantiram um serviço público essencial, e portanto, deixo aqui esta saudação. Sobre este relatório de gestão referente ao ano de dois mil e vinte, nós achamos que não trás nada de positivamente relevante, porque é um documento exaustivo, mas apesar de ser exaustivo oculta por trás de rubricas como “outros gastos” e “outras despesas” valores de milhões de euros que nós gostaríamos de ver clarificados, até em nome de uma maior transparência e também de um maior escrutínio. Por exemplo, quando no quadro 42, na rubrica fornecimento de serviços externos nos deparamos com um valor de mais de vinte e seis milhões de euros, nós com certeza, não nos estaremos a referir exclusivamente aos custos de água, certo? E também perguntar, se não seria normal, que num relatório desta importância, nos fosse dado a conhecer de uma forma bastante clara de quanto*

custa a transferência continuada dos serviços públicos dos SIMAR para os privados. Por exemplo, quantas voltas de circuitos de recolha de resíduos estão entregues a privados, quanto custa a lavagem dos contentores, quanto custa a leitura dos contadores, quantas pessoas estão envolvidas nestes serviços contratados externamente. Também, segundo este relatório, as reclamações dos consumidores subiram, as roturas subiram, as intervenções dos piquetes subiram. Por outro lado, as manutenções preventivas descem e a água não faturada fica acima dos trinta e seis por cento, ou seja, dos vinte e nove milhões de metros cúbicos de água que entra na rede, cerca de dez milhões e quinhentos mil metros cúbicos não são faturados e destes, sete milhões e quinhentos mil metros cúbicos são perdas reais por fugas nos ramais e nas condutas e o seu valor são quatro milhões e quinhentos mil euros de água que é perdida, e portanto, podemos dizer literalmente que estamos a deixar ir pelo cano abaixo, doze mil e trezentos e vinte e oito euros por dia em água não faturada. Nós achamos que quando mandamos fora esta quantidade de água não temos legitimidade para pedir esforços adicionais na fatura da água da população. Isto depois também se reflete no resultado negativo, um prejuízo de mais de dois milhões de euros. Para terminar, das operações de loteamento, existem ramais cedidos gratuitamente aos SIMAR, mas que não se encontram registados contabilisticamente e nós gostaríamos de saber qual é esse montante e de não se encontrar avaliado quando pensa a Câmara fazê-lo. E para terminar, dizer que lamentamos que continuamos a assistir a uma falta de estratégia que continua a degradar este serviço público que é essencial à vida da população de Loures e também da população de Odivelas, e portanto, é uma tendência que esta autarquia já nos tem vindo a habituar e que nós lamentamos que assim se mantenha.-----

- Bruno Filipe Miranda Lima de Oliveira (PAN), informou que entregaria posteriormente uma declaração de voto por escrito à Mesa. (anexo 10)-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a reunião e informou que a continuação da sessão para discussão do ponto da Gestão Municipal, seria realizada no dia um de junho. -----

- O Primeiro Secretário leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (35 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara, Bernardino José Torrão Soares, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, Paulo Jorge Piteira Leão e os Vereadores, Gonçalo Filipe Vintém Caroço, Paulo Rui Amado, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Maria Rita Colaço Leão, António Manuel Lopes Marcelino, Nuno

Miguel Ribeiro de Vasconcelos Botelho, João Manuel Ferreira Calado e Ivone de Fátima da Cunha Gonçalves. -----

--- Eram zero horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e seis de maio, quando o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO DE DOIS MIL E VINTE UM, SETEMBRO, UM, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OS DEPUTADOS MUNICIPAIS QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE A ATA RESPEITA NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO PAULO MELO SIMÕES, -----

E PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, RICARDO JORGE COLAÇO LEÃO, -----



Aprovado por unanimidade
na 2ª sessão ordinária
25.05.2021
(37 presenças)

Apresentado na ^①
11ª sessão extraordinária
22.04.2021
Foi cumprido 1 minuto
de silêncio

**VOTO DE PESAR
PELO FALECIMENTO DE HORÁCIO RIBEIRO**

Horácio Ribeiro natural de Magueija Concelho de Lamego, deixou-nos no dia 9 de abril aos 88 anos.

Lembrar Horácio Ribeiro mais conhecido pelo "Senhor Horácio da Cooperativa" é o recordar de entrega ao Associativismo, tendo sido um dos Sócios e Dirigentes mais antigos da Cooperativa "A Sacavenense".

Uma vida dedicada à causa pública num dos papeis mais nobres da Sociedade. Um cidadão ativo num profundo compromisso cívico, deixou partilhas que marcaram várias gerações da Freguesia de Sacavém. Quem não se lembra do Sr. Horácio no salão de jogos. Quem não sorri ao recordar as emblemáticas festas da Cooperativa "A Sacavenense" onde o Sr. Horácio sempre demonstrava a paciência e empatia fácil para as gerações mais jovens sedentas de viver.

Entra na Cooperativa "A Sacavenense" em 1967 como Secretário desta Instituição, em 1990 regressa como Tesoureiro até aos dias de hoje.

Tendo sempre residido em Sacavém, atualmente na Póvoa de Santo Adrião revelou a importância do Associativismo inseparável da vivência cultural e intelectual, perpetuando uma marca para as gerações do presente e do futuro.

Enquanto figura incontornável do Associativismo do Concelho de Loures, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures têm a honra de propor que a Assembleia Municipal, reunida a 22 de abril, delibere:

1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória.
2. Remeter o presente voto de pesar à família enlutada.
3. Remeter o presente voto de pesar à Cooperativa "A Sacavenense".

Loures, 22 de abril de 2021

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



Aprovado por unanimidade
na 2ª sessão ordinária
25.05.2021
(37 presenças)

Apresentado na 2
13ª sessão extraordinária
06.05.2021
Foi cumprido 1 minuto
de silêncio

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE CARLOS MANUEL ANTUNES BERNARDES

No passado dia 3 de maio, fomos confrontados com a triste notícia do falecimento de Carlos Manuel Antunes Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e Presidente da Federação Regional do Oeste do Partido Socialista.

No exercício de uma cidadania ativa, foi dirigente associativo da Casa do Povo do Turcifal e do seu Grupo Desportivo, da Associação de Socorros da Freguesia do Turcifal e do Sport Clube União Torreense. O vínculo às coletividades locais manteve-se enquanto atleta do Grupo Desportivo Casa do Povo do Turcifal e da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras.

Em 1988 ingressou na função pública tendo iniciado a sua vida autárquica na Junta de Freguesia do Turcifal, no concelho de Torres Vedras, onde exerceu o cargo de secretário entre 1989 e 1997.

Em 1997 integra o executivo da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista, onde ficou responsável pelo pelouro do turismo, temática que sempre o apaixonou tendo aprofundado o seu conhecimento frequentando, neste mesmo ano, um curso de Promoção e Gestão de Recursos Turísticos Locais e um curso de Gestão e Animação Cultural.

Mas Torres Vedras é a sua terra e nela faria o seu maior percurso na dedicação à causa pública. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras, entre 2003 a 2005, foi responsável pelos pelouros do Ambiente e Serviços Urbanos e, dois anos depois, assumiu o cargo de vice-presidente da autarquia onde foi relevante o seu contributo para o posicionamento precursor de Torres Vedras nos domínios do Ambiente e da Sustentabilidade que acabaria por presidir a partir de 2015, até ao passado dia 3.

Com um percurso marcado pela sua total dedicação a Torres Vedras, à causa pública e à administração local, deixou um legado nas áreas do Ambiente, da sustentabilidade e da Educação que revelam a visão estratégica que tinha para toda a região. A sua prematura partida aos 53 anos, deixa o Poder Local mais pobre.

Face ao exemplo e à capacidade de estar presente na sua comunidade de forma ativa e da maneira como contribuiu para o desenvolvimento do seu Concelho, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures têm a honra de propor que a Assembleia Municipal, reunida a 06 de maio, delibere:

- Guardar um minuto de silêncio em memória de Carlos Manuel Antunes Bernardes;
- Remeter o presente voto de pesar à família enlutada, à Câmara Municipal de Torres Vedras e à Federação Regional do Oeste do Partido Socialista.

Loures, 06 de maio de 2021

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures

2.ª sessão ordinária 3
25.05.2021

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



VOTO DE PESAR

Pelo falecimento do Coronel Diniz de Almeida

Diniz de Almeida era um dos jovens capitães que constituíram o núcleo mais ativo do Movimento das Forças Armadas (MFA), que veio a proporcionar aos portugueses um dos momentos marcantes da nossa história coletiva.

Em 25 de Abril de 1974 comandou uma coluna militar saída da Figueira da Foz com destino a Lisboa, tendo parte dessa coluna sido encarregue de libertar os presos políticos encarcerados no forte de Peniche.

A 11 de Março de 1975, sob o bombardeamento e cerco da sua unidade, o Regimento de Artilharia de Lisboa, revelou a sua capacidade, tenacidade e inteligência de comandante militar à tentativa golpista, conseguindo, neste momento crucial do processo revolucionário e de defesa da democracia, dar a resposta operacional adequada, salvaguardando a integridade física dos militares e dos trabalhadores dos meios industriais e operários envolventes e população de Sacavém, que acorreram em massa às imediações do RAL1

Fez parte de diversos órgãos do MFA, o que o tornou em alvo privilegiado dos mais sinuosos ataques por parte das forças reacionárias, mantendo-se leal na sua ação à defesa da Revolução de Abril, dos seus valores e projeto.

O Coronel de Artilharia Diniz de Almeida faleceu aos 76 anos, no passado dia 16 de Maio, tendo deixado no seu legado escrito informação fundamental para a melhor análise e compreensão sobre o processo que culminou em 25 de Novembro, compiladas nas obras "As origens e evolução do Movimento dos Capitães" e na trilogia "Ascensão, apogeu e queda do MFA"

Diniz de Almeida foi até aos seus últimos dias um combatente pela liberdade e pela emancipação do seu povo.



Handwritten initials or mark.

A Assembleia Municipal de Loures, reunida em 25 de maio expressa pesar pelo seu falecimento, endereçando à sua família, amigos e camaradas de armas as suas condolências, observando um minuto de silêncio em sua homenagem.

Sendo aprovado, este voto deve ser enviado à sua família, à Associação 25 de Abril, à Associação "Conquistas da Revolução", à AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas e aos órgãos de informação locais e nacionais.

25/05/2021

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures



25.ª sessão Ordinária (4)
25.05.2021

assinado
[assinatura]

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO COIMBRA MARTINS

António Coimbra Martins, um dos fundadores do Partido Socialista (PS) e ex-Ministro da Cultura, num Governo liderado por Mário Soares, morreu em Paris, no dia 19 de maio, com 94 anos. Coimbra Martins, foi um destacado escritor, diplomata, político e intelectual, tendo dividido a sua vida entre Portugal e França.

Em 1965, em Paris, foi o responsável pela criação, através da Fundação Calouste Gulbenkian, do Centro Cultural Português, passando mais tarde a Diretor Adjunto e depois Diretor (1997-1998) da Delegação de França da Fundação Calouste Gulbenkian.

A riqueza da Biblioteca da Delegação em França, hoje em dia uma das principais coleções de língua portuguesa fora de Portugal, na Europa, muito lhe deve. Coimbra Martins deixa uma obra escrita de referência sobre literatura portuguesa. Especialista em literatura portuguesa e francesa, foi professor e leitor de português em várias cidades francesas e Professor Assistente na Faculdade de Letras de Lisboa.

Em 1974 foi designado responsável pelos trabalhos da Delegação portuguesa encarregada de preparar a reinserção de Portugal na Unesco e nesse mesmo ano, foi nomeado Embaixador de Portugal em Paris, tendo ocupado este posto até 1979.

Foi deputado, Ministro da Cultura e deputado ao Parlamento Europeu desde a data da adesão de Portugal à União Europeia.

Sendo um Homem da Cultura, foi também um Homem empenhado na causa da Liberdade e por isso soube dar o seu contributo ao nosso País, dignificando os cargos oficiais que ocupou.

Honra à sua memória, e ao seu contributo no contexto da cultura, mas também ao seu empenho cívico e por isso será sempre lembrado como um dos Homens que marcou o seu tempo e perdurará na memória deste nosso Portugal, que renasceu no dia 25 de Abril de 1974.

Guardemos por isso um minuto de silêncio em sua memória.

Assim, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures propõem que a Assembleia Municipal, reunida a 25 de maio, delibere:

1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;
2. Apresentar as mais sinceras condolências à família enlutada.

Loures, 25 de maio de 2021

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures

[assinatura]



2ª Sessão Ordinária (5)
25-05-2021

Unanimidade
[Signature]

VOTO DE PESAR
PELO FALECIMENTO DE LUÍS NUNES DA PONTE

Nascido há 75 anos, no Porto, Luís Nunes da Ponte licenciou-se em Filologia, tendo desenvolvido o seu percurso profissional em torno da área do Turismo.

Esteve, profissionalmente, ligado ao Turismo de Portugal e ao Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), a partir de onde trabalhou na Áustria e nos EUA.

Foi ainda Diretor do Turismo em Macau, passou pelo Ministério da Economia e Turismo, foi Administrador da Enatur Pousadas de Portugal e na sua carreira conta ainda com uma passagem pela Assembleia da República, onde foi assessor de Jaime Gama para a área cultural.

Homem de causas, foi também um dos fundadores do Partido Socialista, tendo desenvolvido um trabalho de militância política em prol da luta pela liberdade e pela democracia em Portugal.

Assim, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures propõem que a Assembleia Municipal, reunida a 25 de maio, delibere:

1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;
2. Remeter o presente voto de pesar à família enlutada e ao Partido Socialista.

Loures, 25 de maio de 2021

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures

[Signature]



2.ª sessão ordinária
25.05.2021 (6)

SAUDAÇÃO

Unanimidade
[Signature]

Saudação aos atletas Daniel Videira e David Grachat e Treinador Carlos Mota

De 16 a 22 de maio teve lugar, na Madeira, o Campeonato da Europa World Para Swimming, em que participaram os atletas de natação adaptada da GesLoures Daniel Videira e David Grachat acompanhados pelo seu treinador Carlos Mota.

O atleta Daniel Videira bateu três recordes nacionais: nos 100m costas, nos 400m livres e nos 50m livres. Nos 100m costas, o atleta da GesLoures classificou-se em 6º lugar, com novo Recorde Nacional (1.21.90). Na prova dos 400m livres, o Daniel conquistou o 4º lugar com novo Recorde Nacional. O mesmo atleta foi ainda o 6º classificado nos 50m livres, com novo Recorde Nacional.

O atleta David Grachat obteve o 5º lugar dos 400m livres.

Mesmo nos tempos atípicos que vivemos, a GesLoures e os seus atletas continuam a dar cartas no panorama da natação em Portugal.

Saudamos os atletas Daniel Videira e David Grachat, e o Treinador Carlos Mota, da equipa de natação adaptada da GesLoures, pelos excelentes resultados alcançados.

Estes resultados demonstram a capacidade, o mérito e a qualidade do trabalho diário dos atletas e do seu treinador, Carlos Mota, sendo possíveis de atingir apenas quando se reúne nas condições técnicas, físicas e psicológicas necessárias com dedicação a um nível de exigência superior, quer na autossuperação, quer no rigor e na determinação que são uma constante.



Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida no dia 25 de Maio, saúda os atletas de natação adaptada **Daniel Videira e David Grachat e Treinador Carlos Mota** pelos brilhantes resultados alcançados nas competições em que participam.

25/05/2021

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures

Recomendação

“Pela requalificação da EB 2,3 Mário de Sá Carneiro no âmbito do Programa Nacional de Remoção do Amianto das escolas”

A EB 2,3 Mário de Sá Carneiro, escola sede do agrupamento D. Nuno Álvares Pereira, com cerca 800 alunos de segundo e terceiro ciclo, possui inúmeros problemas estruturais, encontrando-se em avançado estado de degradação geral.

Nesta escola, existem dois pavilhões pré-fabricados em madeira que constituem instalações “provisórias” há quase 40 anos. Abarcam 13 salas de aula que servem mais de 280 alunos e não apresentam as condições mínimas de segurança, higiene e conforto para a permanência da população escolar, constituindo um perigo iminente para os seus utilizadores.

Pelo menos desde 2005, a Associação de Pais, Encarregados de Educação e Amigos do Agrupamento de escolas D. Nuno Álvares Pereira (APDNAP) tem efetuado várias comunicações para a DGEstE, solicitando uma intervenção de fundo que nunca aconteceu. Em 2010, esteve programada uma obra de construção de um pavilhão definitivo, que nunca se iniciou por desistência de financiamento por parte do Ministério da Educação.

O programa nacional de remoção do amianto das escolas foi recebido com entusiasmo pela comunidade educativa daquela escola. No entanto, como uma das regras de candidatura apenas permite aceitar obras cuja remoção de amianto represente, no mínimo, 90% do custo total da obra, a comunidade escolar ficou naturalmente desalentada.

Por estar em tão má situação de conservação, o melhor cenário que pode acontecer àquela escola é receber um telhado novo em cima de paredes velhas e podres, mantendo a falta de condições e os perigos para a saúde de alunos, professores e funcionários.

Por outro lado, é no mínimo questionável efetuar um investimento de 200 ou 300 mil euros para colocar um telhado novo em cima de estruturas de madeira a ruir.

Nesse sentido, importa aproveitar a ocasião para, além de substituir as coberturas em fibrocimento, requalificar estas salas de aula, que não apresentam o mínimo de condições para ensinar e aprender com dignidade.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Loures, reunida na 2ª Sessão Ordinária de 25 de maio de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Loures:

1. Que inste o Ministério da Educação a proceder a obras de substituição dos pavilhões de madeira da Escola Básica 2,3 Mário de Sá Carneiro;
2. Que inste o Ministério da Educação a apresentar a calendarização prevista para as obras de requalificação desta escola com caráter de urgência;

2ª Sessão Ordinária
25-05-2021



Handwritten signatures and initials.



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Loures

Handwritten signature

3. Que inste o referido ministério a envolver a comunidade educativa, nomeadamente a direção da escola, a associação de pais e os professores no processo de requalificação da escola.

A presente recomendação a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Presidente da República ✓
- Primeiro-Ministro ✓
- Ministério da Educação ✓
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República ✓
- Direção do Agrupamento de Escolas D. Nuno Álvares Pereira ✓
- Associação de Pais, Encarregados de Educação e Amigos do Agrupamento de escolas D. Nuno Álvares Pereira (APDNAP) ✓
- Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação ✓
- Assembleia de Freguesia Camarate, Unhos e Apelação ✓
- Comunicação social local e nacional ✓

A eleita do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Loures

Loures, 25 de maio de 2021

Rita Sarrico

Moção

“Em defesa da mata e da várzea do Bairro da Petrogal”

Está em curso a demolição da área verde pertencente ao Bairro da Petrogal, na Bobadela, para a construção de cerca de 90 habitações unifamiliares de luxo. Trata-se de uma área central do Bairro, que, no Plano Urbano dos anos 60, foi deixada liberta de construção, pelo papel importante na drenagem natural do ar e da humidade de toda a área, já que possui características únicas a nível ecológico e de integração paisagística. Esta área está a ser destruída para dar lugar a uma zona densamente edificada.

Esta construção irá criar uma rutura no equilíbrio ecológico presente, ruindo o pilar de um património único, através da criação de fraturas urbanísticas profundas, que acarretarão, alterações irreversíveis e demolidoras de grande parte dos valores históricos ambientais e paisagísticos afetos a este conjunto urbano.

A arquitetura legal do processo que permitiu a alteração do alvará inicial (13/99), transferindo a construção em altura programada para uma zona à entrada do Bairro, junto à Bobadela, para a várzea e para parte da mata, é ancorada em justificações que, quando confrontadas com a realidade, perdem validade, revelando-se a operação lesiva para o interesse público.

A viabilização de construção na várzea é feita através da alteração da classificação dos solos, definida no PDM em vigor à data - verde urbano de proteção e enquadramento (que não permite construção) – para urbano a consolidar e a beneficiar, alegando tratar-se de um erro de classificação. Este, perante a análise dos valores presentes, e explicitados no projeto inicial, revela-se inexistente.

As alterações da classificação de solo pretendidas só são possíveis até à revisão do PDM, em 2015, através de um Plano de Pormenor, publicado em Diário da República, em 2008, que legitima a construção na várzea, e também em parte da mata que, ao contrário do que é explicitado no próprio Plano de Pormenor, não é totalmente classificada como verde urbano de proteção e enquadramento.

O Bairro Operário da Petrogal constitui-se como uma unidade de paisagem singular da Área Metropolitana de Lisboa e manteve uma estrutura ecológica e funcional de Quinta de Recreio, apesar de ter conhecido ocupações completamente distintas. Constitui, por isso, um legado histórico e ambiental de elevada importância na afirmação da arquitetura paisagista em Portugal.

A obra que está prestes a começar tem sido alvo de várias críticas e apelos, estando em marcha uma petição pública com o intuito de conseguir travar a destruição deste património.

Foi formado um Movimento de Cidadãos, ^{também com a intervenção da Associação de Bobadela} que nasceu no seio da comunidade e cresceu rapidamente, quando os munícipes começaram a ver as máquinas a chegar e a destruir o espaço verde de hortas existente, arrancando árvores e destruindo culturas, sem esperar que os agricultores pudessem colher o que tinham plantado.



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Loures

Foram arrancadas da rua a que davam nome - "A Rua das Oliveiras" - 38 oliveiras centenárias, para serem replantadas não se sabe onde. As obras das últimas duas semanas mobilizaram adultos e crianças, sendo que até os mais novos quiseram participar, através da elaboração de desenhos e do envio de cartas à Câmara Municipal.

O que a população quer é que aquele espaço se transforme num espaço verde de lazer de qualidade para todos os munícipes usufruírem. Os lourenses não querem mais betão nem edifícios que brotam da especulação imobiliária que emerge da capital e tem alastrado ao concelho sem regras nem travão.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Loures, reunida na 2ª Sessão Ordinária de 25 de maio de 2021, delibera recomendar ao Governo que:

1. Tome, com caráter de urgência, as diligências necessárias com vista à classificação da mata e da várzea do Bairro da Petrogal como «Paisagem Protegida», de modo a garantir a preservação e valorização do seu património biofísico, ecológico, estético, paisagístico, histórico e cultural, bem como o pleno usufruto desse património pela população;
2. Interdite a realização de alterações à morfologia do solo e do coberto vegetal na mata e várzea do Bairro da Petrogal, bem como a execução de operações urbanísticas como a construção ou ampliação de edifícios, excetuando as ações de conservação, restauro, reparação ou limpeza;
3. Apoie o desenvolvimento e a concretização de um plano de ação local para o restauro ecológico da mata e da várzea do Bairro da Petrogal, bem como a execução de ações de erradicação de espécies invasoras e de adaptação aos efeitos da crise climática;
4. Considere a criação de um centro interpretativo relativo ao historiador Anselmo Brancaamp, o primeiro presidente da Câmara Municipal de Loures, apoiando para o efeito a recuperação de edifício existente no Bairro da Petrogal.

A presente recomendação a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Presidente da República
- Primeiro-Ministro
- Ministério do Ambiente e Transição Energética
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- ARH – Administração da Região Hidrográfica do Tejo
- CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- Grupo de Moradores do Bairro da Petrogal
- Associação de Moradores do Bairro da Petrogal
- Junta de Freguesia de Santa Iria da Azoia, São João da Talha e Bobadela
- Assembleia de Freguesia de Santa Iria da Azoia, São João da Talha e Bobadela
- Comunicação social local e nacional

A eleita do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Loures

Loures, 25 de maio de 2021

Rita Sarrico

Apresentado no PAOD
2.ª Sessão Ordinária
25-05-2021

E/AM/550/2021
25-05-2021



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loures

REQUERIMENTO

Assunto: Clima de intimidação e limitação de direitos de trabalhadores que integram serviços da Polícia Municipal de Loures

Considerando que vários trabalhadores que integram os serviços da Polícia Municipal de Loures, têm vindo a reclamar, quer por escrito, junto das suas estruturas sindicais, quer em intervenções públicas, nomeadamente em reunião de Câmara, no período de intervenção do público, da forma abusiva como estes serviços têm vindo a ser dirigidos, não respeitando normas legais em vigor, nomeadamente no que concerne ao exercício dos seus direitos sindicais, ausências ao serviço devidamente justificadas pelas regras em vigor decorrentes da aplicação da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, e que decorrem também da prática corrente na Câmara Municipal de Loures, bem como desrespeito pelo direito elementar que todos os trabalhadores têm de organizar a sua vida familiar e tempos livres, sem imposições ditatoriais e com uma informação atempada ao nível de escalas de serviço, não impondo assim a lei de "quero, posso e mando", o que é inaceitável nas relações laborais no contexto de um Estado de direito.

Considerando também que existem reclamações ao nível dos espaços físicos onde estes trabalhadores exercem funções, nomeadamente nos balneários femininos, bem como numa sala sem quaisquer condições para os agentes municipais, entre outras situações.

Considerando finalmente que há uma estratégia totalmente abusiva, segundo relatos de vários trabalhadores, que aliás são públicos, de coação pessoal, perseguição e pressão para que os fiscais municipais exerçam o trabalho de agentes da Polícia Municipal, funções essas para as quais não estão minimamente habilitados, violando-se assim regras elementares decorrentes, não apenas do bom senso, de quem coordena ou dirige, mas também dos princípios norteadores que formatam as carreiras e respetivas funcionalidades decorrentes das normas existentes na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.

Na qualidade de eleito do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Loures, ao abrigo da Alínea f, do n.º 1, do Artigo 13º, da Secção II do regimento da Assembleia Municipal, aprovado na 4.ª Sessão Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2018, com as alterações aprovadas na 2.ª Sessão Extraordinária, realizada em 14 de março de 2019 e na 1.ª Sessão Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2020, venho por este meio requerer que:

- Seja solicitado à Câmara Municipal de Loures, não só o ponto da situação, mas sobretudo quais as medidas adotadas para resolver estas situações e de que forma estão a ser aplicadas, pois estamos a falar de problemas, que podem até requerer a intervenção do Ministério Público.

Loures, 25 de Maio de 2021

O Deputado Municipal

Carlos Moreira

10
25.05.2021

Declarações de voto sessão AMLoures 25-05-2021

- Proposta n.º 173/2021

O PAN abstem-se neste ponto, pretendendo deixar primeiramente uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos e todas os/as trabalhadores/as do município (envolvidos/as na atividade municipal) por terem desenvolvido o seu trabalho de serviço público com empenho e profissionalismo num período, situação e condições extremamente difíceis e adversas como é o quadro pandémico causado pela COvid-19.

Numa primeira análise do documento, podemos verificar que houve de facto uma melhoria na percentagem de Execução Orçamental comparativamente a anos anteriores, o qual é muito positivo, tendo sido este ponto no passado uma preocupação do PAN de Loures. Porém sabemos também que este aumento é influenciado pela execução da Despesa de Capital através da forte transferência de capital às Juntas de Freguesia no contexto da Delegação de Competências e contratos interadministrativos, mas também das transferências para despesas correntes.

Mesmo assim, não só reconhecemos a melhoria como gostaríamos que estes níveis/percentagens de Execução se mantivessem de forma estável ao longo dos anos de governação e não só na segunda metade do mandato.

Mais compreendemos que foi um ano extremamente atípico que apresentou dificuldades únicas e extraordinárias, profundamente marcado pela realidade pandémica que vivemos; que requereu de esforços e apoios extraordinários nos vários âmbitos de atuação do Executivo Camarário para mitigar os impactos socioeconómicos da pandemia.

Ainda congratulamos os serviços que elaboraram o documento financeiro de Prestação de contas com o Novo Sistema de Normalização Contabilístico.

Dito isto, a resposta da Câmara Municipal pareceu-nos por vezes tardia e incompleta relativamente a alguns assuntos que não deixamos de trazer, sempre com responsabilidade, a esta Assembleia de forma a alertar e pedir uma intervenção mais expedita e profunda no terreno para salvaguarda de algumas infelizes situações, nomeadamente nos lares do Concelho ou nas necessidades no Apoio alimentar nos primeiros meses da pandemia.

Gostaríamos também que tivesse sido elaborado e finalizado o necessário Plano de Acção Municipal de Adaptação às alterações CLimáticas de Loures, como já fizeram outros concelhos do Distrito de Lisboa no seguimento do Plano Distrital.

Pelas razões expostas, PAN abstém-se.

- **Proposta n.º 174/2021**

O PAN votou a favor desta proposta, pretendendo deixar primeiramente uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos d todas os/as trabalhadores dos SIMAR por terem desenvolvido o seu trabalho de serviço público essencial para os/as lourenses (e odivelenses) com empenho e profissionalismo num período, situação e condições extremamente difíceis e adversas como é o quadro pandémico causado pela COvid-19.

Entrando mais especificamente no documento, conclui-se que foi um ano difícil, cheio de contingências e desafios, e os SIMAR não foram uma exceção. Verifica-se um elevado acréscimo das necessidades dos serviços prestados pelos SIMAR pela permanência das pessoas nas suas residências muito para além do habitual e expectável e ainda houve necessidade de aumentar os custos de gestão, higienização, desinfeção e segurança, entre outros.

Estes motivos trouxeram uma pressão adicional aos/às trabalhadores, à estrutura e obviamente às contas e resultados financeiros dos SIMAR no ano de 2020. E por tanto as contas são um reflexo de um ano e um contexto extraordinariamente exigentes para a atividade dos SIMAR com uma série de despesas absolutamente imprevistas.

Para o PAN, a pandemia tornou ainda mais clara a importância de um serviço público de qualidade na gestão dos resíduos urbanos e fornecimento e tratamento de águas, assim como a crucial valorização e proteção destes trabalhadores.

PAN Loures
25-05-2021